

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.577 - SE (2019/0218780-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : JOAO CARLOS DE CASTRO SILVA - DF012939
MONICA CERQUEIRA LOPES - BA021508
PATRICIA BIZERRA OLIVEIRA - SE000519B
AGRAVADO : DJALMA DOS SANTOS
ADVOGADO : ELISMAR SANTOS - SE004676

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. 1. INAPLICABILIDADE DO ART. 932, III, DO CPC/2015. 2. ATUALIZAÇÃO DE NUMERÁRIOS. OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA. NÃO CABIMENTO DE MULTA DIÁRIA. VALOR DAS *ASTREINTES*. EXORBITÂNCIA. NECESSIDADE DE MELHOR ANÁLISE DA MATÉRIA. 3. AGRAVO CONHECIDO, EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO, PARA DAR-LHE PROVIMENTO A FIM DE CONVERTÊ-LO EM RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por Banco do Brasil S.A. contra decisão monocrática da Presidência desta Corte Superior que não conheceu do agravo em recurso especial.

Infere-se dos autos que os integrantes do Grupo II da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe negaram provimento ao agravo de instrumento interposto pelo ora agravante, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 1.611):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - DETERMINAÇÃO PARA QUE ACOSTASSE OS EXTRATOS E REALIZASSE A ATUALIZAÇÃO DO NUMERÁRIOS - CUMPRIMENTO PARCIAL - FLUÊNCIA DAS *ASTREINTES* POR TODO O PERÍODO - MULTA DIÁRIA POR DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL, DOTADA DE EFICÁCIA CONDENATÓRIA, CONSTITUI TÍTULO EXECUTIVO HÁBIL A INSTAURAR PROCEDIMENTO DE CUMPRIMENTO DE PROVIMENTO JUDICIAL -FINALIDADE INIBITÓRIA DO INSTITUTO - PLEITO DE RECONHECIMENTO DA AUSÊNCIA DE TÍTULO HÁBIL OU, ALTERNATIVAMENTE, UMA MAIOR REDUÇÃO DO MONTANTE - ANÁLISE DO

Superior Tribunal de Justiça

CASO CONCRETO - MONTANTE QUE NÃO SE MOSTRA
EXCESSIVO - REDUÇÃO DESCABIDA - AGRAVO
DESPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

Nas razões do apelo especial, o recorrente indicou divergência jurisprudencial e violação aos arts. 536, *caput*, § 1º, e 537, *caput*, § 1º e seu inciso II, §§ 3º e 4º, do CPC/2015.

Sustentou que a determinação de atualização de valores, com a aplicação da correção monetária nos percentuais estabelecidos pelo juízo, constituir-se-ia em obrigação de pagar quantia, a qual, uma vez desobedecida, não poderia ensejar a fixação de multa diária.

Asseverou que o valor total das *astreintes* – R\$ 569.500,00 (quinhentos e sessenta e nove mil e quinhentos reais) – seria exorbitante, principalmente porque a obrigação principal totalizaria R\$ 2.093,25 (dois mil e noventa e três reais e vinte e cinco centavos).

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 1.670).

O Tribunal local não admitiu o processamento do recurso especial com base na incidência da Súmula 7/STJ.

O insurgente então interpôs o agravo em recurso especial.

Às fls. 1.736-1.737 (e-STJ), foi proferida decisão pela Presidência desta Corte, a qual não conheceu do recurso, por entender que a parte agravante teria deixado de impugnar o único fundamento da decisão de inadmissibilidade proferida pelo Tribunal de origem.

Em suas razões de agravo interno, Banco do Brasil S.A. defende ter realizado a impugnação específica do único motivo da decisão.

Brevemente relatado, decido.

No caso, observo que a decisão do TJSE que inadmitiu o apelo especial foi impugnada pelo agravante, ainda que sucintamente, motivo pelo qual, com base no art. 259 do RISTJ, reconsidero a decisão agravada, tendo em vista a inaplicabilidade do disposto no art. 932, III, do CPC/2015, a fim de proceder ao exame do recurso.

Considerando os fundamentos trazidos na insurgência e atendidos os pressupostos de admissibilidade, dou provimento ao agravo para determinar, com fulcro no art. 34, XVI, do RISTJ, sua conversão em recurso especial para melhor análise da matéria, sem prejuízo de uma nova análise dos pressupostos recursais.

Diante do exposto, conheço do agravo, em juízo de retratação, para dar-lhe

Superior Tribunal de Justiça

provimento a fim de determinar sua conversão em recurso especial para melhor análise da matéria, sem prejuízo de um novo exame dos pressupostos recursais.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

